

ANÁLISE CRÍTICO-HISTÓRICA DE “PROBLEMAS EDUCACIONAIS BRASILEIROS” DE ACHILLE BASSI

Aline Leme da Silva

UFABC- Universidade Federal do ABC

aline.leme@ufabc.edu.br

Plínio Zornoff Táboas

UFABC- Universidade Federal do ABC

plinio.taboas@ufabc.edu.br

Resumo:

Achille Bassi, matemático italiano, chegou ao Brasil em 1939 a convite do governo brasileiro para lecionar na Universidade do Brasil. No decorrer dos anos, Bassi também lecionou em outras instituições de ensino, quando em 1953 recebeu o convite para organizar o Departamento de Matemática da Escola de Engenharia de São Carlos. Em São Carlos, Bassi organizou e dirigiu o departamento, lecionou, produziu material didático, conseguiu verba para criar e manter uma Biblioteca, e ainda teve participação decisiva na transformação do Departamento em Instituto, do qual foi o primeiro Diretor em 1972 e 1973. Bassi, também produziu reflexões sobre educação, como é o caso de “Problemas Educacionais Brasileiros” de 1963, no qual expôs os problemas enfrentados no Brasil quanto à alfabetização das crianças e também sugeriu as possíveis soluções para resolução dos mesmos, fazendo inclusive os cálculos dos recursos financeiros que deveriam ser disponibilizados pela União para sanar esses problemas.

Palavras-chave: Achille Bassi; História da Matemática; ICMC-SC USP.

1. Introdução

O trabalho que aqui se apresenta é um excerto de uma pesquisa mais ampla em História da Matemática, que objetiva analisar as dimensões de “professor”, de “pesquisador”, de “administrador” e de “gestor da Matemática” de Achille Bassi.

Achille Bassi, matemático italiano, nascido em 9 de agosto de 1907 em Mondovi, na Itália, formou-se na Scuola Normale de Pisa em 1930. Desenvolveu atividades de pesquisa e docência na área de Geometria na Itália, tendo realizado aperfeiçoamento no Instituto de Estudos Avançados, em Princeton, nos anos de 1937-38. Em 1939 transferiu-se, a convite do governo brasileiro, para o Rio de Janeiro, iniciando suas atividades na Faculdade Nacional de Filosofia, integrante da Universidade do Brasil.

O Professor Bassi permaneceu na FNFi (Faculdade Nacional de Filosofia) de 1939 a 1947, onde introduziu no Ensino de Matemática a noção de Topologia Combinatória, à qual dedicou o curso de Geometria Superior. (BASSI, 1961).

Em 1942, o Brasil declarou guerra a Itália e a Alemanha e Bassi, que por razões pessoais não pôde retornar à Itália, fora afastado do magistério da FNFi, sendo readmitido somente um ano depois.

Já em 1947, devido aos problemas enfrentados no Rio de Janeiro, tais como a não nomeação de assistente e a falta de uma Biblioteca orientada à investigação, Achille Bassi aceitou um contrato com a Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais. Nesta ocasião, pediu para que cláusulas fossem inseridas no contrato com o objetivo de garantir a nomeação de assistentes e, principalmente, garantir o recebimento de verba para a Biblioteca. Mas, logo houve uma mudança na administração da Universidade e as cláusulas do contrato não foram cumpridas. (BASSI, 1961).

Em novembro de 1952, Bassi recebeu o convite para organizar o Departamento de Matemática da Escola de Engenharia de São Carlos e, tendo ele se certificado de que a Universidade de São Paulo (USP) tencionava criar nessa Escola um Departamento de elevado nível científico (ou seja, que tivesse competência para discutir as questões mais profundas e de fronteiras mais avançadas no conhecimento matemático), dirigido também para a investigação e que nada ficasse a dever a departamentos estrangeiros já reconhecidos como bons pela comunidade internacional de matemáticos, resolveu abandonar uma cadeira na Universidade de Palermo e outra na Universidade de Pisa, Itália, que acabara de conquistar por mérito em concursos públicos, e aceitar o desafio proposto pelo convite para dedicar-se inteiramente à criação desse novo departamento (BASSI, 1961).

Em 1971, foi criado o Instituto de Ciências Matemáticas de São Carlos, constituindo-se dos Departamentos de Matemática e de Ciências da Computação e Estatística, então desvinculados da Escola de Engenharia de São Carlos, tendo como agente principal desse processo o Professor Achille Bassi, que foi o primeiro diretor do referido Instituto entre os anos de 1972 e 1973, dedicando assim 20 anos de sua carreira à USP de São Carlos.

Além de toda essa atividade acadêmica e administrativa, Achille Bassi escreveu material de divulgação científica sobre Galileu Galilei e reflexão sobre educação, como é o

caso de “Problemas Educacionais Brasileiros” de 1963. Esse livro é o objeto da análise crítica do trabalho ora apresentado.

2. Contexto histórico

Segundo Ubiratan D’Ambrosio (2008), para se fazer História da Matemática no Brasil, é necessário reformular os atuais parâmetros historiográficos. Particularmente na cronologia e no conceito de fontes. No caso do Brasil especificamente, é necessário distinguir as peculiaridades das populações nativas aqui existentes antes da chegada dos colonizadores e também da ocupação do território brasileiro, além de todo o processo de independência que gerou consequências para os séculos XIX e XX. Sendo assim, devemos entender o contexto em que se realizaram alterações no processo educacional brasileiro.

O livro “Problemas Educacionais Brasileiros” foi lançado em meados de 1963, quando João Goulart era o presidente do Brasil. Um pouco antes, em 1959, durante o governo de Juscelino Kubitschek, foi publicado “Mais uma vez convocados”, um manifesto que referenciava ainda outro do mesmo grupo de educadores nomeado “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, de 1932. (BOMENY).

Esse manifesto de educadores “Mais uma vez convocados”, que foi coordenado por Fernando de Azevedo, se posicionava contra o discurso da Igreja Católica sobre a “liberdade de ensino”, referindo-se à ampliação da interferência do Estado na educação escolar após a Constituição de 1946 e a consequente convocação de uma LDB (Lei de Diretrizes e Bases), o que “obrigou os católicos a forjar alianças e atuar em várias frentes no campo do societário, liderando o conjunto do setor privado da educação”. (SENRA,2010). Portanto, no manifesto, os educadores defendiam a ideia de que a educação era direito dos cidadãos e dever do Estado, reafirmando que a escola deveria ser pública, laica, obrigatória e gratuita.

Desde 1930, o Brasil enfrentava uma crise educacional com relação à alfabetização das crianças, devido a problemas de acesso e permanência nas escolas. O censo de 1940 mostrou que a taxa de analfabetismo da população adulta ultrapassava os 50%.

Foi então, a partir do manifesto de 1959, que se reacendeu a discussão sobre o ensino básico. Porém, após dois anos de luta, os defensores da Escola Nova foram derrotados com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961 que dizia:

Art. 95. A União dispensará a sua cooperação financeira ao ensino sob a forma de:

- a) subvenção, de acordo com as leis especiais em vigor;
- b) assistência técnica, mediante convênio visando ao aperfeiçoamento do magistério à pesquisa pedagógica e à promoção de congressos e seminários;
- c) financiamento a estabelecimentos mantidos pelos Estados, municípios ou particulares, para a compra, construção ou reforma de prédios escolares e respectivas instalações e equipamentos de acordo com as leis especiais em vigor. (BRASIL, 1961).

Ou seja, a possibilidade de criação de um Sistema Nacional de Educação, onde as três esferas do governo (Município, Estado e União) seriam co-responsáveis pela educação não ocorreu. A LDB estabeleceu que a maior parte dos recursos financeiros destinados à educação seria de responsabilidade dos Estados e Municípios e somente 12% seria de responsabilidade da União. Sendo assim, a União continuou com a responsabilidade do Ensino Superior e com função suplementar para o Ensino Primário.

Além do movimento educacional já mencionado, que foi em defesa da educação pública, também nesse período houve o movimento por uma educação popular, que preconizava a educação informal e a educação de jovens e adultos. O ponto alto desse último movimento citado ocorreu no ano de 1958, com o II Congresso Nacional de Educação de Adultos, cujo principal dirigente foi Paulo Freire, maior expressão no cenário progressista da educação à época.

3. Resenha da obra

No livro “Problemas Educacionais Brasileiros”, Bassi publicou alguns artigos que discorriam sobre a situação do ensino primário da época e sobre as possíveis providências a serem adotadas para a eliminação do analfabetismo. Esses artigos foram publicados no “Jornal do Comércio” do Rio de Janeiro nos dias 1, 4, 6 e 7 de fevereiro de 1962. (BASSI, 1963)

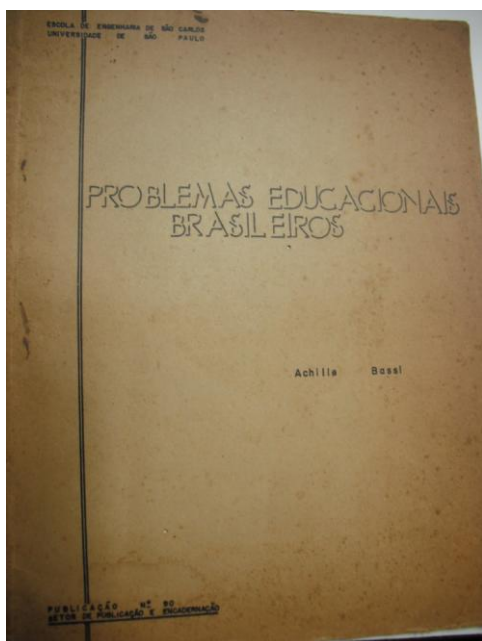


Figura 1 - Problemas Educacionais Brasileiros – 1963
Fonte: Bassi, 1963.

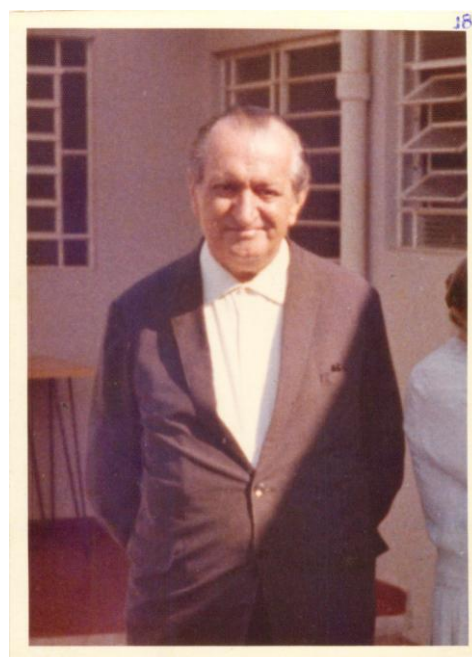


Figura 2 - Achille Bassi (1907 - 1973)
Fonte: ICMC - USP

No primeiro artigo, Bassi enfatizou que o problema da educação é central, pois as sociedades somente terão seus problemas resolvidos na medida em que souberem produzir os homens capazes de resolvê-los.

Destaca também, os problemas do ensino primário dizendo que coincidem com os da alfabetização. Segundo Bassi, a alfabetização geral é um fato inevitável, definitivo e irreversível da vida moderna e que deve ser estimulado, ao passo que esta segue lado a lado com a industrialização.

De acordo com as estatísticas da época, descritas no livro, o índice de alfabetização (isto é, a proporção dos alfabetizados em relação à totalidade da população acima de 10 anos) alcançava 65% nos municípios mais adiantados, enquanto era de 40% nos municípios mais atrasados. Porém, segundo o autor, esses dados eram de certa forma ilusórios, já que, a lei obrigava o eleitor a ser alfabetizado, e qualquer esforço era feito pelos aliciadores de votos a fim de que fossem considerados alfabetizados quem de fato não o era.

Achille Bassi definiu então, quem deveríamos julgar como alfabetizados: “tais pessoas ou somente os que sabem, por meio da leitura, adquirir conhecimentos e também transmiti-los por escrito, de maneira não excessivamente falha e precária”. E a partir dessa definição de alfabetizado, concluiu que, apenas um quarto da população podia ser considerada alfabetizada na época.

Bassi, também justificou, de certa forma o atraso brasileiro quanto à alfabetização da população em função de sua herança cultural, incluindo até mesmo o caso da miscigenação entre povos, e a força restritiva da Lei. Importante lembrar que nos tempos coloniais as leis proibiam, no Brasil, até o funcionamento de uma tipografia, enquanto que, em outros países da América já havia Universidades consolidadas. Dentre essas Universidades, podemos citar a Universidade Nacional Maior de São Marcos, fundada em 1551 no Perú, que foi oficialmente a primeira Universidade da América e a Universidade Nacional de Córdoba que foi fundada em 1613 e é a mais antiga da Argentina. No Brasil, a mais antiga instituição oficial de Ensino Superior em atividade ininterrupta é a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, que teve suas atividades iniciadas em 1792, mudou de nome, e, finalmente foi incorporada à UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro).

O professor Bassi apontou como causas das deficiências na educação da época, além da heterogeneidade cultural e dispersão da população brasileira por um grande território, o insuficiente interesse demonstrado pelos poderes públicos para resolver o problema do analfabetismo, o que conseqüentemente gerou uma falta de organização eficiente destinada a combater o problema.

Bassi também defendeu a ideia de salas homogêneas quanto ao nível intelectual dos alunos e, de certa forma, demonstrou sua preocupação com os que tem uma maior dificuldade de aprendizagem, reconhecendo que para tais é necessário um ensino adaptado. Vejamos:

Bem sabem os professores quanto a heterogeneidade intelectual de uma turma é obstáculo para o progresso da mesma: se o ensino ministrado é adequado aos melhores, de maneira que estes possam desenvolver-se tanto quanto suas capacidades permitam, coisa de fundamental importância para que o país forme as elites que o guiem e o acompanhem em seu progresso, os menos preparados vêm-se como que abandonados, sem um ensino adaptado a eles e do qual evidentemente precisam. (BASSI, 1963).

Essas dificuldades, segundo o autor, são próprias de todos os tempos e de todas as nações, já que, tais dificuldades sempre acentuam-se em lugares pouco povoados onde é

difícil dividir os alunos da mesma idade em turmas intelectualmente homogêneas. (BASSI, 1963).

Segundo dados estatísticos do Ministério da Educação e Cultura que tratou de “Alguns Aspectos da População Primária para o ano de 1956” mencionados no livro, das crianças em idade escolar, metade nunca entravam em uma escola, e na região do nordeste, apenas um terço delas eram matriculadas.

Quanto à disponibilidade de salas e prédios para as escolas, Bassi afirma que havia muita escassez, tanto é que, chegavam a existir escolas com quatro turnos diários, o que reduzia o tempo de permanência das turmas na escola.

Porém, de todo o exposto sobre as deficiências do ensino primário da época, tão precário na sua difusão e qualidade, o que Bassi considerou mais deprimente foi o fenômeno da evasão escolar, pois crianças que já tinham iniciado seus estudos primários eram retiradas da escola prematuramente, tornando inúteis os esforços já realizados. Este fato, explica Bassi, ocorria com maior frequência nas regiões mais pobres, pois os pais tiravam os filhos da escola para que estes fossem aproveitados em pequenos serviços campestres ou caseiros.

Diante do exposto acima, o professor Bassi afirma que o combate ao analfabetismo teria que ser conduzido em três direções distintas, que deveriam ser consideradas separadamente:

- 1) A construção de inúmeros edifícios escolares;
- 2) O recrutamento de docentes novos;
- 3) A resolução de problemas básicos que afligem as crianças pobres discentes.

Entende-se no primeiro item, que, deveriam ser providenciadas salas de aula para que todas as crianças em idade escolar recebessem um ensino primário até mesmo nos povoados mais afastados dos grandes centros. Para limitar as despesas, Bassi ainda sugeria que, em um primeiro momento, em cada sala de aula ainda funcionassem duas turmas, uma no período da manhã e outra no período da tarde, porém, deixa claro que o ideal seria apenas uma turma em período integral. Além disso, cada turma deveria ter, em média, 40 alunos e as salas deveriam ter 30 m².

Sobre o segundo item, de acordo com os cálculos de Bassi, seria necessária a contratação de mais cem mil professores primários. O autor também defendia a ideia de que o professor não deveria receber menos de dois salários mínimos, pois julgava a

valorização do professor de importância fundamental. E com um salário compensador para os professores, o governo não encontraria dificuldades de contratar novos profissionais.

Entretanto, vistas as condições em que se encontravam a população infantil brasileira, certamente as medidas citadas acima não seriam suficientes, já que não eliminariam o fenômeno da evasão escolar. Sendo assim, Bassi era a favor de oferecer também alimentação adequada nas escolas com a finalidade de evitar a evasão. Essa alimentação deveria ser de organização local, porém, fiscalizada por algum outro órgão.

O professor Bassi também lembra que a exigência do uso do uniforme deveria ser abolida por um tempo, pois, neste caso, estaria contribuindo para o aumento da evasão escolar por exigir um determinado custo às famílias.

Bassi discutiu também o artigo 246 do nosso Código Penal que trata sobre os crimes contra a assistência familiar. Bassi considerava de fundamental importância que o Código Penal trate deste assunto, porém, também defendia a ideia de que para sua aplicação, seria necessário a eliminação da “justa causa”, que em inúmeros casos era identificada com a falta de vagas nas escolas ou até mesmo com a falta de escolas.

Achille Bassi também afirmou que os maiores esforços e cuidados deveriam sempre endereçar-se às crianças, e as campanhas de alfabetização de adultos deveriam ser organizadas somente depois de oferecer escola (e de qualidade) à todas as crianças.

Por fim, Bassi respondeu à pergunta “pode ser realidade, com um ônus financeiro suportável para o país, um plano apto a dar, em curto prazo, um ensino primário razoavelmente bom e eficaz para toda a nossa população infantil?”, concluindo afirmativamente: o problema era perfeitamente solúvel e em curto prazo, sem sair dos limites das possibilidades brasileiras. Para que esta resposta fosse afirmativa, Bassi fez diversos cálculos de quanto a União deveria disponibilizar financeiramente para que fossem colocadas em prática cada uma das três medidas citadas acima, que, segundo o autor, resolveriam o problema do analfabetismo no Brasil.

4. Análise crítica da obra

As ideias defendidas por Achille Bassi e expostas em “Problemas Educacionais Brasileiros” divergem das teorias educacionais vigentes atualmente, mas também muito se assemelham com o nosso cotidiano escolar.

No Brasil, desde a constituição da República até a LDB vem-se afirmando a importância de se garantir uma igualdade de oportunidade a todos em relação à educação. E desde então, tem sido tomadas medidas que visam a igualdade de acesso à escola.

Um exemplo dessas medidas é o Programa de Educação Inclusiva: Direito à Diversidade em parceria com o Ministério da Educação, iniciado em 2003, e que promove a formação continuada de gestores e educadores em níveis estadual e municipal para que ofereçam educação especial na perspectiva da educação inclusiva. O objetivo deste programa é que se incluam no ensino regular os alunos que tenham algum tipo de deficiência, tais como: transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades / superdotação.

Portanto, vemos que a discussão atual sobre a educação inclusiva defende a convivência, em sala de aula, de alunos diferentes entre si, tanto em relação à idade, como também em relação ao desempenho. Porém, podemos observar cotidianamente o descompasso entre as políticas educacionais e a ação nas escolas, ou seja, embora os gestores educacionais estejam atualizados com as novas teorias voltadas para a educação, muitas vezes tomam atitudes contrárias a elas. Há, ainda hoje, educadores que defendem a manutenção de salas homogêneas, assim como Achille Bassi.

Essa divisão entre alunos com maior ou menor desempenho é baseada na ideologia da racionalidade tecnológica que é defendida por Marcuse (1981), fundamentando a divisão das classes escolares. Embora essa ideologia seja de 1981, já a encontramos sendo defendida por Bassi em 1963, ano da publicação do livro aqui estudado.

Como consequência da atitude de se manter salas homogêneas, podemos citar o preconceito e a competição em detrimento da solidariedade entre os alunos da mesma sala de aula, ou ainda entre alunos de salas distintas. Além de poder desenvolver um sentimento de inferioridade para aqueles considerados “fracos” e de superioridade e de desprezo naqueles que frequentam as salas consideradas “fortes”.

Não devemos deixar de observar que, embora Bassi seja a favor da divisão entre salas homogêneas para que não atrapalhe o progresso da turma, também não deixou de mostrar certa preocupação com os que são menos preparados, e afirma que há a necessidade de um ensino adaptado a eles, porém não trata no livro de que forma isto deveria ocorrer.

Outro assunto abordado por Bassi, foi o da merenda escolar. A lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, ainda em vigor, diz no Art. 3º que: “A alimentação escolar é direito dos

alunos da educação básica pública e dever do Estado e será promovida e incentivada com vistas no atendimento das diretrizes estabelecidas nesta Lei”. Ou seja, embora ocorresse anteriormente, a merenda torna-se direito dos alunos a partir de 2009, sendo que Bassi já tinha reconhecido sua importância desde 1963. Para Bassi, a distribuição de merenda nas escolas seria uma forma de reduzir a evasão escolar e comparando com nosso cotidiano escolar, vemos que, muitas crianças vão à escola exclusivamente para ter uma refeição.

A importância da merenda escolar nos dias atuais está comprovada em estudos e pesquisas. Segundo Bankoff (2004), um trabalho da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), publicado em 2003, revela que, para 50% dos alunos da região Nordeste, a merenda escolar é considerada a principal refeição do dia. Na região Norte, esse índice sobe para 56%.

Bassi finalizou seus artigos com propostas para a resolução dos problemas educacionais da época, tendo como foco um investimento mais intenso no Ensino Primário. Esses problemas, como já citamos, resumiam-se principalmente no analfabetismo e na evasão escolar. Sabemos que, no período pós Getúlio Vargas (1937-1945) que durou até o golpe de Estado de 1964, ocorreu uma redemocratização do país e as liberdades democráticas foram respeitadas. Nesse ínterim ocorreram dois grandes movimentos, um já mencionado anteriormente, em defesa da educação pública, concentrado na educação formal. Já o segundo movimento, buscou a educação informal e a educação de jovens e adultos, tendo seu ponto alto em 1958 com o II Congresso Nacional de Educação de Adultos, que culminou com a Campanha Nacional de Educação de Adultos em 1964. Nesse segundo movimento, destaca-se principalmente o nome de Paulo Freire, com sua concepção libertadora da educação, que dirigiu a Campanha.

Observamos então que, a despreocupação de Bassi com uma educação de jovens e adultos na época da publicação do livro está em grande medida ligada ao estado de grande carência educacional para crianças em idade escolar – que já determina um esforço gigantesco, embora Bassi seja otimista na execução rápida da sua proposta – e também vincula-se à ideia de um esforço primordial de estancar atrasos e descompassos futuros para o país. Interpretamos, ainda, que Bassi joga todas as cartas ou recursos financeiros nesse esforço primordial e depois buscaria remediar o estado indevido de coisas para com jovens e adultos. Paulo Freire é mais agressivo e propõe, uma vez que o analfabetismo é tão devastador para um povo, que ele tem que ser erradicado com esforços de todos independentemente de seu regime escolar ser o regular ou outro que o valha. Ainda com

uma visão um pouco mais compassada, Achille Bassi não era contra educar jovens e adultos, mas achava necessário que se fortalecesse primeiramente as bases da educação através do ensino de qualidade para crianças em idade escolar e que posteriormente se estendesse esse mesmo ensino para jovens e adultos.

5. Referências

BANKOFF, P.C. Estudo da postura corporal e aspectos nutricionais em escolares do ensino fundamental da Rede Pública. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

BASSI, A. A dualidade nas álgebras de Boole topológicas e suas consequências. São Carlos: USP/Escola de Engenharia de São Carlos, 1961. [Tese de concurso à Cadeira nº12 – Geometria].

BASSI, A. A Matemática Moderna e a Necessidade de sua Difusão. Rio de Janeiro: Separata da “Revista Brasileira de Estatística” - ano VIII – Nº 32, 1948.

BASSI, A. Considerações Introdutórias sobre os Sistemas Lógico-dedutivos, 1972.

BASSI, A. Da importância da topologia na Matemática Moderna. Rio de Janeiro: Instituto Italo-brasileiro de Alta Cultura, 1941.

BASSI, A. Elementos de Geometria Projetiva. São Carlos: Serviço de Publicações e Encadernação da Escola de Engenharia de São Carlos, 1967.

BASSI, A. Problemas Educacionais Brasileiros. São Carlos: Serviço de Publicações e Encadernação da Escola de Engenharia de São Carlos, 1963.

BASSI, A. Processo USP nº 6366-53, 1961.

BASSI, A. Significação da obra de Galileu Galilei. Rio de Janeiro: Instituto Italiano di Cultura, 1966.

BLOCH, M. Apologia da História ou o ofício de Historiador. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

BOMENY, Helena. Educação e desenvolvimento: o debate dos anos 50. In. O Brasil de JK. Disponível

em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Educacao/Anos1950>>. Acesso em: fev. 2013.

BOMENY, Helena. Manifesto "Mais uma vez convocados". In. O Brasil de JK. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Educacao/ManifestoMaisUmaVez>>. Acesso em: fev. 2013.

BORIS, F. *A Revolução de 1930*. Historiografia e História. Companhia das Letras, 1997.

BORIS, F. *História do Brasil*. 13 ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

BRASIL. Escola Nacional de Minas e Metalurgia. Diário Oficial da União. Brasília. sec. 1, pt. 1, p. 16495, 18 nov. 1948.

BRASIL. Escola Nacional de Minas e Metalurgia. Diário Oficial da União. Brasília. sec. 1, pt. 1, p. 8309, 4 jun. 1949.

BRASIL. Escola Nacional de Minas e Metalurgia. Diário Oficial da União. Brasília. sec. 1, pt. 1, p. 1961, 6 set. 1949.

BRASIL. Lei nº 4.024/61. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4024.htm>. Acesso em: fev. 2013.

BRASIL. MEC. SEE. Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Especial, 1999. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=250&Itemid=826>. Acesso em: fev. 2013.

CROCHÍK, J. L.; CROCHIK, N. Preconceito e Desempenho: as classes escolares homogêneas. *Eccos. Revista Científica*, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 313-331, 2006.

D'AMBROSIO, U., *Uma história concisa da matemática no Brasil*. São Paulo: Editora Vozes, 2008.

FÁVERO, M.L.A.; PEIXOTO, M.C.L.; SILVA, A.E.G. Professores Estrangeiros na Faculdade Nacional de Filosofia, RJ (1939-1951). *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n. 78, p. 59-71, agosto 1991.

FONTANA, J. *História: Análise do passado e projeto social*. 2 ed. Bauru: EDUSC, 2004.

HOBSBAWM, E. J. Sobre História. Tradução Cid Knipel Moreira. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

IZÉ, A. F., Comemoração dos 30 anos do ICMC: Depoiment. [02/02/2000]. Residência do entrevistado. Entrevista concedida a Leila Bussab.

LE GOFF, J. História e Memória. Tradução Bernardo Leitão; Irene Ferreira & Suzana Ferreira Borges. 2 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992. (coleção Repertórios).

LOIBEL, G.F., Comemoração dos 30 anos do ICMC: Depoiment. [13/04/2000]. Estúdio Sótton São Carlos. Entrevista concedida a Ana Ligabue.

LOIBEL, G.F., Sobre quase-grupos topológicos e espaços com multiplicação. São Carlos: USP/Escola de Engenharia de São Carlos, 1959. [Tese de doutorado].

MEIHY, J.C.S.B., Manual de História Oral. 3.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

MICHELS, M. H. Gestão, formação docente e inclusão: eixos da reforma educacional brasileira que atribuem contornos à organização escolar. *Revista Brasileira de Educação* (online). vol. 11, no. 33, p. 406-423, 2006.

MIZUKAMI, M. G. N. Ensino: as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1986. (Temas básicos de educação e ensino).

RODRIGUES, H.M., Comemoração dos 30 anos do ICMC: Depoiment. [24/03/2000]. Sala de reuniões ICMC/SC. Entrevista concedida a Ana Ligabue.

SAAB, M.R., Comemoração dos 30 anos do ICMC: Depoiment. [23/02/2000]. Residência do entrevistado. Entrevista concedida a Leila Bussab.

SENRA, A.O. A “liberdade de ensino” e os fundamentos da ação política do segmento privado no Brasil entre 1945 e 1964. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n. 24, p. 55-82, set/dez. 2010.

SILVA, C.M.S. Formação de Professores e Pesquisadores de Matemática na Faculdade Nacional de Filosofia. *Cadernos de Pesquisa*. n. 117, p. 103-126, novembro 2002.

SILVA, C.P., *A Matemática no Brasil: História de seu desenvolvimento*. 3. ed. rev. São Paulo: Edgar Blücher, 2003.

TÁBOAS, P. Z. Comemoração dos 30 anos do ICMC: Depoiment. [24/03/2000]. Sala do entrevistado ICMC/SC. Entrevista concedida a Ana Ligabue.

TORRE, S.D. O programa de descentralização financeira nas escolas municipais de Curitiba no período de 1997/2008: aspectos administrativos, financeiros e jurídicos. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

BOMENY, Helena. Manifesto "Mais uma vez convocados". In. O Brasil de JK. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Educacao/ManifestoMaisUmaVez>>. Acesso em: fev. 2013.